



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Subsecretaria de Administração

## ANEXO

### **PROJETO BÁSICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E OBRA DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DA FACHADA OESTE E OUTROS COMPLEMENTOS DO EDIFÍCIO SEDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO**

#### Sumário

1. DO OBJETIVO
2. DA JUSTIFICATIVA
3. DA MODALIDADE E FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO
4. DO REGIME DE EXECUÇÃO
5. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO
6. DO OBJETO
7. DA SUBCONTRATAÇÃO
8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS
9. DA PATICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS
10. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS
11. DOS PRAZOS
12. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO
13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
14. *DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA*
15. *DA VISITA TÉCNICA*
16. *DO ORÇAMENTO*
17. *DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA*
18. *DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO*
19. *DO REAJUSTE*
20. *DA GARANTIA CONTRATUAL*
21. *DO PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL*
22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
25. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

26. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

27. DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DO LICENCIAMENTO E ACEITAÇÃO DA OBRA

28. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

29. DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE

ANEXO I – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO CONTATUAL

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ANEXO V – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

ANEXO VI – FACHADA DA RUA DOS ANDRADAS, CORTE LONGITUDINAL E PLANTA BAIXA DO 2º PAVIMENTO

ANEXO VII – MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO VIII – PLANILHA RESUMO DO ORÇAMENTO – ONERADO

ANEXO IX – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ONERADO

ANEXO X – MEMÓRIA DE CÁLCULO – ONERADO

ANEXO XI – PLANILHA DE CUSTO DIRETO – ONERADO

ANEXO XII – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES DE CUSTOS – ONERADO

ANEXO XIII – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS – ONERADO

ANEXO XIV – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES AUXILIARES – ONERADO

ANEXO XV – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI – ONERADO

ANEXO XVI – CURVA ABC DE SERVIÇOS – ONERADO

ANEXO XVII – CURVA ABC DE INSUMOS – ONERADO

ANEXO XVIII – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – ONERADO

ANEXO XIX – TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS – ONERADO

ANEXO XX – PLANILHA RESUMO DO ORÇAMENTO – DESONERADO

ANEXO XXI – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – DESONERADO

ANEXO XXII – MEMÓRIA DE CÁLCULO – DESONERADO

ANEXO XXIII – PLANILHA DE CUSTO DIRETO – DESONERADO

ANEXO XXIV – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES DE CUSTOS – DESONERADO

ANEXO XXV – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS – DESONERADO

ANEXO XXVI – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES AUXILIARES – DESONERADO

ANEXO XXVII – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI - DESONERADO

ANEXO XXVIII – CURVA ABC DE SERVIÇOS – DESONERADO

ANEXO XXIX – CURVA ABC DE INSUMOS – DESONERADO

ANEXO XXX – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - DESONERADO

ANEXO XXXI – TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS - DESONERADO

ANEXO XXXII – PROPOSTA DETALHE

ANEXO XXXIII – PLANILHA RESUMO DO ORÇAMENTO PARA LICITANTES - ONERADO

ANEXO XXXIV – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITANTES - ONERADO

ANEXO XXXV – PLANILHA DE CUSTO DIRETO PARA LICITANTES - ONERADO

ANEXO XXXVI – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES DE CUSTOS PARA LICITANTES - ONERADO

ANEXO XXXVII – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS PARA LICITANTES – ONERADO

ANEXO XXXVIII – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES AUXILIARES PARA LICITANTES – ONERADO

ANEXO XXXIX – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI PARA LICITANTES – ONERADO

ANEXO XL – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO PARA LICITANTES – ONERADO

ANEXO XLI – TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS PARA LICITANTES – ONERADO

ANEXO XLII – PLANILHA RESUMO DO ORÇAMENTO PARA LICITANTES - DESONERADO

ANEXO XLIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITANTES - DESONERADO

ANEXO XLIV – PLANILHA DE CUSTO DIRETO PARA LICITANTES - DESONERADO

ANEXO XLV – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES DE CUSTOS PARA LICITANTES - DESONERADO

ANEXO XLVI – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS PARA LICITANTES – DESONERADO

ANEXO XLVII – RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES AUXILIARES PARA LICITANTES – DESONERADO

ANEXO XLVIII – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI PARA LICITANTES – DESONERADO

ANEXO XLIX – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO PARA LICITANTES – DESONERADO

ANEXO L – TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS PARA LICITANTES – DESONERADO

ANEXO LI – MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

ANEXO LII – MODELO DE DIÁRIO DE OBRAS

## **1. DO OBJETIVO**

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ-RJ), com o objetivo de reparar as manifestações patológicas das grelhas de concreto aparente e dos sistemas de *brise-soleil* vertical e horizontal da fachada oeste do Edifício Sede, inicia processo licitatório para a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo e execução de obra de recuperação estrutural da fachada oeste e outros complementos do Edifício Sede da SEFAZ-RJ, situado na Avenida Presidente Vargas, n.º 670, Centro, Rio de Janeiro - RJ.

## **2. DA JUSTIFICATIVA**

A SEFAZ-RJ desempenha papel fundamental na sociedade fluminense, uma vez que a sua missão é orientar, acompanhar e avaliar o registro dos atos e fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, de forma a produzir informações para a tomada de decisão pelos Gestores, para o Controle Interno, Externo e Social.

Para o desenvolvimento de suas finalidades institucionais e administrativas e aperfeiçoamento da sua gestão, a SEFAZ-RJ conta com uma unidade sede, na qual concentra o maior número de atividades, visto que atende aos seus Órgãos Centrais.

O imóvel cedido à SEFAZ-RJ pelo Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA, por meio termo de cessão de uso objeto do processo E-04/056/97/2013, foi inaugurado em 1957, e passou por processo de reforma em 2011, para ocupação pela Secretaria.

A edificação, situada em terreno de esquina, possui vinte e dois pavimentos e suas fachadas foram projetadas de acordo com a orientação solar. A fachada sul, orientada para a Avenida Presidente Vargas, é formada por esquadrias de alumínio e vidro, proporcionando maior ventilação e melhor aproveitamento da iluminação natural. A fachada oeste, direcionada para a Rua das Andradas é formada por esquadrias de alumínio e vidro e grelhas de concreto aparente que emolduram os sistemas de *brise-soleil* vertical e

horizontal em alumínio, permitindo o controle da luminosidade e da radiação solar. A fachada norte, voltada para a Rua Teófilo Otoni, possui estrutura de concreto, com faixa de tijolos vazados, que também permitem a entrada de luz natural e garantem maior ventilação.

Considerando a necessidade de conservação do patrimônio público e conhecimento prévio de possíveis situações-problema que subsidiam um planejamento adequado e a tomada de decisões; considerando a grande importância da necessidade de se prover segurança às edificações e aos seus usuários; considerando fatores como a vida útil dos materiais de construção civil que constituem as estruturas bem como problemas de manutenção; a Coordenação de Engenharia e Arquitetura, vinculada à Superintendência de Infraestrutura e Patrimônio constatou em inspeção predial realizada no dia 02 de fevereiro de 2022 manifestações patológicas com incidências significativas nas grelhas de concreto aparente da fachada oeste, bem como o comprometimento de cerca de 40% (quarenta por cento) dos sistemas de *brises-soleil* vertical e horizontal.

As principais manifestações patológicas observadas *in loco* e apontadas no relatório fotográfico anexo, foram deslocamento da camada de cobrimento do concreto, trincas e rachaduras na estrutura, exposição e oxidação da armadura da estrutura e degradação e quebra dos sistemas de *brise-soleil* vertical e horizontal.

Além de comprometer o estado de conservação da estrutura da fachada oeste e apresentar um risco à segurança pessoal e patrimonial, as manifestações patológicas descritas comprometem a estética da fachada e proporcionam um ambiente favorável para o agravamento da deterioração existente.

Portanto, considerando o dever constitucional imposto ao Estado, a saber, conservar o patrimônio público <sup>[1]</sup> sob sua responsabilidade, bem como os riscos de acidentes em razão das manifestações patológicas identificadas, faz-se necessária a realização de intervenções na fachada oeste, situada na Rua os Andradas, Centro, Rio de Janeiro - RJ.

A obra pretendida tem natureza reparatória, vez que visa à recuperação estrutural das grelhas de concreto, a fim de evitar que permaneça diretamente exposta aos agentes agressores e de manter a estética do imóvel e a remoção e instalação de novos sistemas de *brise-soleil* vertical e horizontal da fachada oeste do Edifício Sede da SEFAZ-RJ.

Desse modo, para que a vida útil da edificação seja preservada e estendida, mantendo a função para a qual foi construída, é necessário realizar esforços contínuos de conservação. A preservação da estrutura patrimonial, além de ser uma obrigação do Estado, nesta contratação representado pela SEFAZ-RJ, é também uma proteção ao patrimônio cultural do Rio de Janeiro, uma vez que o imóvel é utilizado como sede da SEFAZ-RJ, e um símbolo do movimento modernista brasileiro.

### **3. DA MODALIDADE E FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

O art. 6º, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/1993 considera como obra, toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta. Já o inciso II do mesmo artigo considera serviço, toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, trazendo como exemplo as atividades de demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

Por ausência de definição conceitual de cada uma dessas atividades, o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas editou a Orientação Técnica n.º 002/2009, a fim de uniformizar o entendimento

quanto à definição de obra e de serviço de engenharia.

Atendendo aos serviços objeto da contratação em estudo, importa trazer a distinção entre os conceitos de recuperação e reforma classificados como obra, e reparo classificado como serviço de engenharia, os quais mais se aproximam da natureza dos serviços que serão realizados.

Segundo os itens 3.4 e 3.5, recuperação tem o sentido de restaurar, de fazer com que a obra retome as suas características anteriores abrangendo um conjunto de serviços, enquanto reforma consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimo e a função de sua utilização atual.

Enquanto isso, reparo, conforme item 4.9, consiste em serviço que busca fazer que a peça, ou parte dela, retome suas características anteriores, sendo realizado em parte da edificação, o que o diferencia de recuperação.

À luz dos conceitos apresentados pela Orientação, indica-se que o objeto a ser contratado tem natureza de obra, uma vez que o conjunto de serviços que serão realizados na fachada oeste do Edifício Sede se aproxima dos conceitos de reforma e recuperação.

A conclusão acerca da natureza do empreendimento se justifica nas características dos serviços a serem executados.

Conforme retratado, as grelhas de concreto aparente e os sistemas de *brise-soleil* vertical e horizontal da fachada apresentam manifestações patológicas que prejudicam o estado de conservação, colocam em risco à segurança pessoal e patrimonial, comprometem a estética da fachada e proporcionam um ambiente favorável para o agravamento da deterioração existente.

Para o correto tratamento, observou-se a necessidade, em síntese, de remoção das partes de concreto que não estão bem aderidas à estrutura, tratamento da armadura, recomposição da camada de concreto, pintura e substituição dos sistemas de *brise-soleil* vertical e horizontal. Esses serviços superam intervenções pontuais para manutenção de parte da edificação, tendo em vista que buscam não só que a fachada da edificação retome a sua funcionalidade originária, mas também que disponha de elementos novos que permitam que os sistemas de *brise-soleil* proporcionem conforto térmico e controle da luminosidade incidente sobre a edificação.

Assim, para definição da modalidade licitatória a ser realizada, visto que a adoção do pregão eletrônico para a realização de obras é vedada pelo art. 4º, inciso I, do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, foram analisadas as modalidades licitatórias expressas nos arts. 22 e 23 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 22, da Lei Federal n.º 8.666/93, apresenta definições para as modalidades concorrência, tomada de preços e convite, as quais se aplicam para obras e serviços de engenharia. Veja-se:

Art. 22. (...)

§1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

§2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

§3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá

aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

A adoção de cada uma dessas modalidades de licitação é norteadada pelo valor da contratação. Na forma do art. 1º, inciso I, do Decreto n.º 9.412/2018, que atualizou os valores contidos no art. 23 da Lei Federal n.º 8.666/1993, deverão ser observados os seguintes valores para a contratação de obras e serviços de engenharia: até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), realizar-se-á convite; até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), tomada de preços; acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), concorrência.

Além disso, o §4º do art. 23 da Lei Federal n.º 8.666/1993 explicita que “nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência”.

Uma vez que a lei garantiu à Administração discricionariedade para adotar a modalidade concorrência nos casos em que for cabível a utilização de tomada de preços, a qual seria aplicável a espécie em razão da contratação apresentar o valor de R\$ 2.266.028,50 (dois milhões e duzentos e sessenta e seis mil e vinte e oito reais e cinquenta centavos), como custo estimado, esta Secretaria optou pela adoção da modalidade concorrência para a presente contratação.

A opção adotada por esta Secretaria é permeada no princípio da competitividade, o qual busca alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e deverá ser observado em todo o certame licitatório.

Na tomada de preços, o prévio cadastramento das empresas interessadas nos sistemas adotados pela União, Estados e Municípios configura-se como condição para a participação na licitação. Embora essa exigência, de certo modo, tenha como objetivo trazer maior celeridade ao processo e tenha sido admitida a possibilidade de empresas não cadastradas, caso preencham as condições exigidas, realizarem até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, ao trazer uma obrigação aos participantes, ela restringe o número de competidores, o que não ocorre na concorrência.

#### **4. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**4.1.** Para os fins dessa contratação o regime de execução será mediante empreitada por **preço global**, nos termos do art. 6º, inciso VIII, ‘a’, da Lei Federal n.º 8.666/1993, o que se justifica pelo fato de que foi possível definir previamente e com certo grau de precisão os quantitativos de serviços a serem executados.

#### **5. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO**

O art. 23, §1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993 estabelece que “as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala”.

Em análise a essa disposição, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1214/2013-Plenário, se manifestou no sentido de que o exposto no supracitado artigo não configura regra absoluta pelo parcelamento ou não do objeto, devendo ser avaliada a viabilidade técnica e econômica em cada caso.

Nesse mesmo sentido, a Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União estabelece a obrigatoriedade da adjudicação por item, nas contratações em que o objeto seja divisível, salvo quando a sua divisibilidade possa prejudicar o conjunto ou complexo, ou houver perda de economia de escala.

A inviabilidade técnica, conforme entendimento de Marçal Justen Filho se caracteriza quando o

fracionamento do objeto em itens ou lotes distintos possa comprometer a integridade qualitativa do objeto a ser executado, importando risco de impossibilidade de execução satisfatória pela desnaturação do objeto.

O autor explica ainda acerca da inviabilidade econômica, a qual impede o fracionamento do objeto quando a contratação por itens ou lotes acarretar o aumento do preço a ser pago pela Administração. Nesse caso, o não parcelamento do objeto é permitido para a manutenção da economia de escala, pois o aumento dos quantitativos produziria a redução dos preços e, por conseguinte, garantiria a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, não obstante se verifique como possível a divisão do objeto principal em diferentes serviços que o compõem, admitir sua divisibilidade acarretaria prejuízos de ordem técnica para esta Administração, tendo em vista que, na ausência de execução de quaisquer dos serviços integrantes, a obra não seria executada em sua completude e satisfatoriamente, não atingindo os resultados pretendidos pela contratação.

Ademais, admitir a divisibilidade do objeto acarretaria risco de aumento no preço a ser pago pela Administração e perda da economia de escala, acarretando prejuízos de ordem econômica. Isso porque para a execução dos serviços a Contratada deverá suportar custos relacionados à prestação dos serviços, tais como: Serviços de Escritório, Laboratório e Campo, Canteiro de Obra, responsável técnico pela execução dos serviços, transporte, entre outros, que não poderiam ser compensados pela futura Contratada no caso de adjudicação de apenas um item, acarretando assim, a majoração dos custos de execução, o que, por conseguinte, tornaria a prestação mais onerosa para a Administração.

Registra-se que o não parcelamento do objeto também tem por objetivo evitar que eventuais atrasos ou mesmo inexecução contratual, diante da ingerência de equipes distintas nos serviços, gere prejuízos em escala para o Órgão, tendo em vista a essencialidade dos serviços para preservar a integridade da fachada e a segurança do público interno e externo que trafegam nas proximidades do Edifício Sede desta Secretaria.

A título de maior esclarecimento, foram comparados os serviços de remoção dos sistemas de *brise-soleil* vertical e horizontal e recomposição da camada de capeamento de concreto, os quais, embora apresentem finalidades específicas distintas, integram a obra pretendida.

Do ponto de vista econômico, foi observado que para ambos os serviços serem executados far-se-ia necessário que a Contratada elaborasse o relatório e o projeto executivo de engenharia, dispusesse de profissionais para realizar a administração geral da obra, instalasse barracão de obra, realizasse locação, transporte, carga e descarga, movimentação de andaimes suspenso e tubular e instalasse tela e plataforma de proteção. Cada um dos citados serviços apresentaria custos duplicados se realizadas duas contratações distintas.

Do ponto de vista técnico, foi verificado que as etapas dos serviços de remoção dos sistemas de *brise-soleil* vertical e horizontal e recomposição da camada de capeamento de concreto necessitariam ser realizadas de forma concomitante ou sucessiva para o alcance do resultado final da obra. Desta forma, duas contratações realizadas em separado comprometeriam o cronograma de execução dos serviços, trazendo não só prejuízos técnicos, mas também econômicos.

Cumprido observar que, apesar de ser viável a divisibilidade do objeto, a não fragmentação do objeto possui amparo no posicionamento firmado pelo Tribunal de Contas da União, pois, visa garantir à Administração uma proposta mais vantajosa com o alcance da economia de escala:

Deve ser efetuado o parcelamento do objeto do certame quando os serviços forem distintos, em tantas parcelas quantas se comprovarem **técnica e economicamente viáveis**, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da

economia de escala, **respeitando a integridade qualitativa do objeto a ser executado e observando que o fracionamento não deve acarretar risco de aumento no preço a ser pago pela Administração.** Acórdão 1895/2010-Plenário | Relator: Augusto Nardes.

Assim, tomando como base o raciocínio até aqui exposto, tem-se que para a presente contratação a não adoção do parcelamento do objeto releva-se como mais vantajosa para esta Administração, motivo pelo qual será adotado como critério de julgamento das propostas o **menor preço global**.

Cabe observar que, a Súmula nº 247, do Tribunal de Contas da União, permite a adoção de outros critérios quando a divisão por itens ocasionar a perda de economia de escala, como é o caso da presente contratação:

Súmula nº 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

## 6. DO OBJETO

**6.1.** Contratação de empresa de engenharia para elaboração de projeto executivo e execução de obra de recuperação estrutural da fachada oeste e outros complementos do Edifício Sede da SEFAZ-RJ, situado na Avenida Presidente Vargas, nº 670, Centro, Rio de Janeiro – RJ, conforme detalhamento constante neste Projeto Básico e seus anexos.

**6.2.** O objeto da demanda, de acordo com o catálogo de materiais e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) é contemplado com o seguinte ID:

ID Siga	Código do Item	Descrição
179433	0326.008.0020	Recuperação estrutural de fachada e instalação de sistema de <i>brise-soleil</i> .

## 7. DA SUBCONTRATAÇÃO

**7.1.** A subcontratação será permitida para serviços de locação de equipamentos em geral e instalação de novos sistemas de *brise-soleil* vertical e horizontal no quantitativo de até 20% (vinte por cento) do total licitado, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

**7.2.** A subcontratação depende de prévia aprovação da Equipe de Fiscalização do Contrato, a quem caberá avaliar se a atividade a ser desempenhada é passível de subcontratação parcial e se a empresa a ser subcontratada detém os requisitos necessários para a prestação dos serviços.

**7.3.** A solicitação deverá ser acompanhada da comprovação de habilitação jurídica e regularidade fiscal, bem como dos requisitos técnicos necessários à prestação dos serviços, como *expertise* técnica na área e profissionais especializados, pela empresa a ser subcontratada para a execução dos serviços.

**7.4.** Em qualquer caso de subcontratação, a Contratada permanecerá como única e exclusiva responsável por todos os serviços prestados, não produzindo qualquer relação jurídica entre a subcontratada e a Contratante,

bem como quaisquer despesas referentes a serviços subcontratados, que deverá ser de total responsabilidade da Contratada.

**7.5.** Caberá a Contratada realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**7.6.** São obrigações adicionais da Contratada, em razão da subcontratação:

- a) Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação; e
- b) Substituir a empresa subcontratada, imediatamente, na hipótese de extinção da subcontratação, notificando o órgão contratante, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição.

**7.7.** Não haverá prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, permanecendo a licitante vencedora contratada como única e plena responsável perante a Administração quanto às relações jurídicas oriundas do Contrato.

## **8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

**8.1. É vedada a participação** de empresas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista que a presente contratação não apresenta dificuldades técnicas que façam com que seja inviável a sua execução por uma única empresa.

## **9. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

**9.1. Não será admitida** a participação de empresas constituídas sob a forma de cooperativas, em atenção à Súmula n.º 281 do TCU e à Orientação Administrativa PGE nº 08, tendo em vista a essencialidade de que os profissionais para execução do serviço mantenham relação de pessoalidade e subordinação com a Contratada.

## **10. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS**

**10.1.** Os serviços serão executados na fachada oeste do Edifício Sede da SEFAZ-RJ, localizado na Av. Presidente Vargas, n.º 670, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

**10.2.** A execução dos serviços deverá ser realizada no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data indicada na autorização de início dos serviços, que será expedida em até 15 (quinze) dias úteis a contar do início da vigência contratual, que se dará com a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ.

**10.3.** O imóvel possui funcionamento de segunda-feira a sexta-feira de 09:00 h às 18:00 h.

**10.3.1.** Os serviços poderão ser executados no período de 07:00 h às 18:00 h, mediante alinhamento prévio entre a Contratante e a Contratada.

**10.3.2.** Os horários de execução dos serviços poderão ser alterados sempre que alguma atividade da unidade assim o requerer, a critério da Contratante, devendo para tanto a Contratada ser notificada previamente.

**10.3.3.** Será considerado expediente normal, para efeito de execução de serviços, os dias de ponto facultativo para servidores públicos.

**10.4.** Será de responsabilidade exclusiva da Contratada, a obtenção de todas as licenças, alvarás e registros, quando necessários, e suas eventuais prorrogações, incluídos todos os impostos, taxas e emolumentos federais, estaduais e municipais correspondentes, bem como as contribuições e despesas devidas a órgãos de classe.

**10.5.** Competirá à Contratada, ainda, o pagamento de quaisquer multas eventualmente impostas pelas autoridades públicas, em consequência da inobservância ou infração de leis, decretos, posturas, regulamentos ou exigências administrativas vigentes durante a execução dos serviços contratados.

**10.6.** Antes de apresentar sua proposta, a Contratada deverá analisar o Projeto Básico, assim como o Memorial Descritivo e Especificações Técnicas (Anexo VII), o Cronograma Físico-Financeiro (Anexos XVIII e XXX) e as Planilhas Orçamentárias (Anexos IX e XXI), de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou da qualidade dos serviços.

**10.7.** Qualquer detalhe técnico porventura omissos no presente Projeto Básico será solucionado em consonância com as normas técnicas vigentes para o serviço contratado, sem prejuízo do direito e autoridade da Equipe de Fiscalização do Contrato para resolver e decidir todo e qualquer caso ou dúvida que surja.

**10.8.** A execução dos serviços obedecerá às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a este Projeto Básico, especialmente as: NBR 16280 – Reforma em edificações – Sistema de gestão de reformas – Requisitos; NBR 5674 – Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção; NBR 15575 – Edificações Habitacionais – Desempenho; NBR 16636 – Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos; NBR – 6494 – Segurança nos andaimes; NBR 7678 – Segurança na execução de obras e serviços de construção; NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimento; NBR 7211 – Agregados para Concreto – Especificação; NBR 7214 – Areia normal para ensaio de cimento – Especificação; NBR 7215 – Cimento Portland – Determinação da resistência à compressão de corpos de prova cilíndricos; NBR 16915 – Agregados – Amostragem; NBR 17054 – Agregados – Determinação da composição granulométrica - Método de ensaio; NBR 7218 – Agregados – Determinação do teor de argila em torrões e materiais friáveis; NBR 16973 – Agregados – Determinação do material fino que passa através da peneira 75 µm, por lavagem; NBR 7221 – Agregado – Índice de desempenho de agregado miúdo contendo impurezas orgânicas – Método de Ensaio; NBR 16889 – Concreto – Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone; NBR 15079 – Tintas para construção civil – Requisitos mínimos de desempenho; NBR 15494 – Tintas para construção civil – Requisitos de desempenho de tintas para edificações não industriais – Tinta brilhante à base de solvente com secagem oxidativa.

**10.9.** Integram este Projeto Básico, como se nele estivessem transcritas, as Normas Técnicas da ABNT, e

ainda, códigos, normas, leis e regulamentos dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e das empresas concessionárias de serviços públicos que estejam em vigor e se refiram aos tipos de serviços aqui descritos.

**10.10.** Não será permitida a realização de serviços pela Contratada sem o prévio conhecimento e autorização da Equipe de Fiscalização do Contrato.

**10.11.** Atribui-se o prazo 05 (cinco) anos de garantia da qualidade dos serviços prestados, que deverá ser contado a partir do recebimento definitivo dos serviços, nos termos da ABNT NBR 15575-1 e do art. 618 do Código Civil c/c o art. 54, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

**10.11.1.** Na verificação de vício, defeito ou incorreção nos cinco anos seguintes ao recebimento definitivo dos serviços, a Contratante contatará a Contratada para que efetue os reparos necessários, os quais deverão ser realizados sem quaisquer ônus para a Contratante.

## **10.12. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**10.12.1.** Todos os serviços descritos neste Projeto Básico são classificados como serviço não comum de engenharia, conforme definição do art. 6º, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

**10.12.2.** Todos os serviços deverão ser executados conforme as boas práticas e especificações detalhadas no Memorial Descritivo e Especificações Técnicas (Anexo VII) e nas Planilhas Orçamentárias (Anexos IX e XXI) incluídas como anexo deste Projeto Básico.

**10.12.3.** Os quantitativos dos serviços, de mão de obra, materiais, insumos e equipamentos são os discriminados nas Planilhas Orçamentárias incluídas nos Anexos IX e XXI deste Projeto Básico.

**10.12.4.** A Contratada deverá apresentar, antes do início efetivo da reforma, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), de acordo com o Conselho de Registro.

**10.12.5.** A Contratada deverá fornecer Placa de Obra, conforme a regulamentação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), na qual deverá constar o nome dos responsáveis técnicos.

**10.12.6.** Recomenda-se a Contratada o estudo de toda a documentação fornecida e a realização de vistoria prévia do local em que serão executados os serviços, pois será considerada como perfeita conhecedora das dificuldades que poderá vir a enfrentar ou das facilidades de que poderá dispor, ainda que tenha optado pela não realização de vistoria antes da contratação.

**10.12.7.** Ficarão a cargo da Contratada todas as providências, instalações e ligações necessárias ao início e execução dos serviços.

**10.12.8.** A Contratada fornecerá e manterá no local da prestação dos serviços um "Diário de Obras/Livro de Ocorrências" a ser aberto por ocasião do início dos serviços, devendo conter em sua primeira folha um transunto dos dados gerais do contrato. Tal documento deverá ser escriturado diariamente, em três vias, e terá suas folhas numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Equipe de Fiscalização do Contrato,

devendo ser registrados obrigatoriamente:

**I – Pela Contratada:**

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;
- c) as consultas à Fiscalização;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- f) as respostas às interpelações da Fiscalização;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a realização dos serviços;
- h) outros fatos que, a juízo da Contratada, devam ser objeto de registro.

**II – Pela Equipe de Fiscalização do Contrato:**

- a) o atestado da veracidade dos registros efetuados pela Contratada;
- b) o juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da Contratada;
- d) as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela Contratada;
- e) as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da Contratada, seus prepostos e sua equipe;
- f) a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.

**10.12.9.** Caso não sejam atendidas as reclamações da fiscalização sobre defeito essencial em serviço executado ou a respeito de qualquer material irregular posto nos serviços pela Contratada, dentro de 02 (dois) dias úteis a contar da data de lançamento no “Diário de Obra/Livro de Ocorrências”, a fiscalização poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a Contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização. Os atrasos decorrentes dessas medidas serão considerados de responsabilidade da Contratada.

**10.12.10.** Ao final da realização dos serviços, o referido “Diário de Obra/Livro de Ocorrências” será de propriedade da Contratante.

**10.12.11.** A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, por si ou seus representantes, na execução dos serviços.

**10.12.12.** Todos os elementos que porventura venham a ser danificados ao longo da execução dos serviços deverão ser recompostos pela Contratada, de forma a manter as características originais da estrutura.

**10.12.13.** Caberá à Contratada fazer um levantamento no local, antes do início dos serviços que serão executados, bem como verificar a quantidade dos materiais que serão fornecidos a fim de certificar a metragem dos serviços bem como dirimir quaisquer dúvidas.

**10.12.14.** Os locais dos serviços deverão ser entregues totalmente limpos, acabados e em condições de uso imediato.

## **10.13. DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS**

**10.13.1.** Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada, devendo ser previstos em quantidade que permita a produtividade necessária para o cumprimento dos prazos indicados no Cronograma Físico-Financeiro (Anexos XVIII e XXX).

**10.13.2.** Os métodos e materiais a serem empregados deverão ser submetidos a exame e aprovação, antes da sua aplicação, por parte da Equipe de Fiscalização do Contrato, a qual caberá impugnar seu emprego, se não forem atendidas as condições exigidas nas especificações contidas neste documento ou nas NBRs vigentes. Cada material será caracterizado por uma amostra, convenientemente autenticada pela Equipe de Fiscalização do Contrato e servirá de referencial para aceitação de outros fornecimentos.

**10.13.3.** A Contratada dará preferência, em igualdade de condições, à aquisição de materiais que tenham marca de conformidade, de acordo com a ABNT e com as especificações do projeto.

**10.13.4.** Os elementos construtivos assim caracterizados por suas marcas de referência, só poderão ser substituídos por outros que alcancem os mesmos padrões tecnológicos, funcionais e formais de qualidade, comprovados por ensaios em órgãos idôneos, a critério da Equipe de Fiscalização do Contrato.

**10.13.5.** Todos os materiais a serem utilizados deverão obedecer às especificações técnicas e manual de utilização dos fabricantes, bem como as Normas Técnicas da ABNT, e em caso de inexistência destas, ficará a critério da Equipe de Fiscalização do Contrato a indicação das Normas ou Especificações a serem cumpridas na utilização dos materiais.

**10.13.6.** Os materiais rejeitados pela Equipe de Fiscalização do Contrato deverão ser retirados do espaço pela Contratada e substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da rejeição.

**10.13.7.** O prazo para substituição dos materiais não suspende o prazo de execução dos serviços, devendo a Contratada respeitar o Cronograma Físico-Financeiro do projeto (Anexos XVIII e XXX).

**10.13.8.** A Contratada não poderá manter no local dos serviços quaisquer materiais ou equipamentos estranhos aos serviços.

**10.13.9.** A Contratada será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se e se incorporar nos serviços, cabendo-lhe, pois, pagar os *royalties* devidos e obter previamente as permissões ou licença de utilização.

**10.13.10.** A Contratada tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos.

**10.13.11.** Caberá exclusivamente à Contratada a responsabilidade pelo recebimento, transporte, guarda e vigilância dos materiais de sua propriedade.

## **10.14. DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS**

**10.14.1.** As Licitantes deverão declarar, no ato de entrega da proposta, em atendimento ao disposto no art. 30, §6º, da Lei Federal n.º 8.666/1993, que para a execução dos serviços contratados disporão, minimamente, de andaimes.

**10.14.2.** Os equipamentos apresentados no subitem 10.14.1 deste Projeto Básico são apenas os considerados como mínimos necessários para a plena execução dos serviços, devendo a Contratada ficar ciente de que o correto uso dos equipamentos e materiais são de sua única e exclusiva responsabilidade. A declaração não a exime do dever de dispor de todos os outros equipamentos que se façam necessários à execução do serviço, seja conforme sua *expertise*, seja de acordo com determinações contidas em normas técnicas ou de fabricantes.

## **10.15. SEGURANÇA E DANOS**

**10.15.1.** A Contratada será responsável por danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**10.15.2.** A Contratada deverá seguir as prescrições da Norma NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção) e, em particular, se orientar pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o capítulo V, do título II da CLT (DOU de 23/12/1977).

**10.15.3.** Deverão ser observadas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 (suplemento do DOU de 06/07/1978), em especial a Portaria nº 6.730, de 09 de março de 2020 que aprova a nova redação da NR 1 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais; NR 4, que trata de “Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho”; a NR 5, que trata de “Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)”; a NR 6, que trata de “Equipamento de Proteção Individual - EPI”; a NR 7, que trata do “Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional”; a NR 18, que trata de “Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção”; e a NR 35, que trata do “Trabalho em Altura”.

**10.15.4.** Caberá à Contratada arcar com todas as despesas relativas ao prêmio do Seguro de Risco e Responsabilidade Civil do Construtor, ficando condicionado o pagamento, de toda e qualquer fatura, à apresentação da apólice de seguro em vigor.

**10.15.5.** A Contratada manterá na forma da lei, seguro total obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo exclusivamente às suas expensas quaisquer despesas não cobertas pela respectiva apólice.

**10.15.6.** Correrão por exclusiva conta, responsabilidade e risco da Contratada, as consequências que advierem de:

- a) Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos;
- b) Imperfeição ou insegurança nos serviços;
- c) Falta de solidez dos serviços executados, mesmo verificada após o termino deste contrato;

- d) Violação do direito de propriedade industrial;
- e) Furto, perda, roubo, deterioração, ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços;
- f) Ato ilícito ou danoso de seus empregados ou de terceiros, em tudo que se referir aos serviços;
- g) Ebulho possessório;
- h) Infiltrações de qualquer espécie ou natureza; e
- i) Prejuízos causados à propriedade de terceiros.

**10.15.7.** A Contratada deverá fornecer e instalar os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas dos serviços, de acordo com o previsto na NR 18, da Portaria n.º 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança necessários.

**10.15.8.** Deverão ser fornecidos todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas dos serviços, conforme previsto na NR 6 e NR 18, da Portaria n.º 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança necessários, cuja responsabilidade é da Contratada.

**10.15.9.** Será de responsabilidade da Contratada a elaboração e implantação do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, que contempla os aspectos da Portaria n.º 6.730, de 09 de março de 2020 que aprova a nova redação da NR 1 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, e do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, que contempla os aspectos da NR 7 e os demais dispositivos complementares de segurança, com todos os custos às suas expensas.

**10.15.10.** O PGR e o PCMSO deverão ser apresentados em até 30 (trinta) dias contados da autorização para início dos serviços e deverão ser mantidos no local de prestação dos serviços, à disposição da Equipe de Fiscalização do Contrato e do órgão regional do Ministério do Trabalho.

**10.15.11.** Caberá a Contratada a adoção de medidas de proteção para o trabalho em altura, de acordo com a NR 35, do Ministério do Trabalho e Previdência.

## **10.16. DO PROJETO EXECUTIVO**

**10.16.1.** A Contratada será responsável pela elaboração de projeto executivo de engenharia que poderá ser desenvolvido concomitantemente à execução dos demais Serviços de Escritório, Laboratório e Campo, Canteiro de Obra e Transporte e deverá ser entregue em até 30 (trinta) corridos do início do prazo de vigência contratual, devendo preceder ao início efetivo da obra.

**10.16.2.** Além dos desenhos que representarão todos os detalhes construtivos, o projeto executivo deverá ser constituído por um relatório técnico, contendo as descrições gerais e memórias de cálculo.

**10.16.3.** O projeto executivo deverá ser elaborado por profissionais especializados, com formação superior na área compatível com o projeto a ser elaborado, em observância a Lei n.º 5.194/1966, a Lei n.º 12.378/2010, a Resolução n.º 218/1973 do CONFEA, a Resolução n.º 21/2012 do CAU/BR e outros dispositivos legais atinentes à matéria.

**10.16.4.** A Contratante deverá analisar e aprovar, se for o caso, em até 05 (cinco) dias corridos o projeto executivo apresentado, gozando a Contratada de 05 (cinco) dias corridos para a realização das correções e ajustes necessários ao projeto.

**10.16.5.** A Contratada deverá elaborar o “*as built*” ao longo da execução dos serviços e entregá-lo no final da obra em meio físico e digital. A liberação da última fatura ficará condicionada a apresentação do referido “*as built*”.

## **10.17. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**10.17.1.** O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento dos serviços obedecerá à previsão das etapas mensais constantes no Cronograma Físico-Financeiro (Anexos XVIII e XXX).

## **10.18. DAS MEDIÇÕES**

**10.18.1.** As medições serão executadas, previamente, pela Contratada, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro (Anexos XVIII e XXX).

**10.18.2.** Após o recebimento das medições realizadas pela Contratada, a Equipe de Fiscalização do Contrato realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de servidores competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, e elaborará Relatório Circunstanciado.

**10.18.3.** As medições deverão ser precedidas de solicitação da Contratada, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sob pena de não realização, instruída com os seguintes documentos:

- a) Relatórios escrito e fotográfico dispondo sobre os quantitativos percentuais executados;
- b) Cronograma atualizado; e
- c) Planilha e memória de cálculo detalhadas refletindo o andamento dos serviços.

**10.18.4.** As medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como fotos, memórias de cálculo, desenhos, catálogos, etc.

**10.18.5.** As medições serão acompanhadas por representantes das partes, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do Contratante.

**10.18.6.** Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamentos os serviços efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Equipe de Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e as modificações expressa e previamente aprovadas pela Contratante.

**10.18.7.** A Contratada deverá encaminhar à Contratante a nota fiscal/fatura relativa a cada etapa, após a apresentação do relatório escrito e fotográfico, cronograma atualizado e planilha e memória de cálculo detalhadas, de acordo com os serviços efetivamente realizados.

**10.18.8.** As notas fiscais/faturas não aprovadas pela Contratante serão devolvidas à Contratada para as necessárias correções ou apresentação de documentos, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos no subitem 18.3 deste Projeto Básico a partir da data de sua

reapresentação, devidamente corrigidas.

**10.18.9.** A Contratante efetuará os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nas medições de serviços aprovados pela Equipe de Fiscalização do Contrato e no resultado das avaliações da execução do objeto e do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no Acordo de Nível de Serviço (item 12 do Projeto Básico).

## **11. DOS PRAZOS**

### **11.1. DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**11.1.1.** O prazo de vigência do contrato será de 08 (oito) meses, a partir da publicação do extrato do Contrato no DOERJ.

**11.1.2.** O prazo contratual poderá ser prorrogado, na forma prevista no art. 57, §1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

### **11.2. DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**11.2.1.** O prazo máximo para a execução dos serviços será de 06 (seis) meses.

**11.2.2.** A execução dos serviços será iniciada a partir da data indicada na autorização para início dos serviços, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Projeto Básico.

**11.3.** A autorização para início dos serviços será expedida em até 15 (quinze) dias úteis, a partir da publicação do extrato do Contrato no DOERJ.

**11.4.** Os prazos de cumprimento das etapas de execução, de conclusão e de entrega dos serviços são aqueles constantes no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo XVIII e Anexo XXX), podendo ser prorrogados nas hipóteses previstas no §1º do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

**11.5.** Considerando que a presente contratação é de serviço não comum de engenharia por escopo, o término do prazo não é causa suficiente para a extinção do ajuste, cabendo ao Contratante apurar se as razões que inviabilizaram a execução do objeto, no prazo inicialmente avençado, decorreram de atuação deficiente da Contratada.

**11.6.** A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do termo aditivo, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

**11.7.** A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento

contemporâneo à sua ocorrência.

## **12. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**

**12.1.** A Contratante adotará Acordo de Nível de Serviço como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela Contratada, segundo os critérios de qualidade e execução indicados em Memorial Descritivo e Especificações Técnicas (Anexo VII).

**12.2.** Haverá dedução no valor da remuneração do contrato, caso metas e critérios não sejam atendidos, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas.

### **12.2.1.** Dos indicadores:

#### **12.2.1.1.** Execução dos serviços com a qualidade especificada deste Projeto Básico:

- a) Finalidade: Garantir a qualidade dos serviços executados.
- b) Metas a Cumprir: Manter usual e da melhor forma possível as estruturas.
- c) Instrumentos de Medição: Ocorrências oriundas da má execução direta de ações realizadas pela Contratada, relatadas e/ou detectadas, por usuários ou fiscais de contrato, descrevendo defeitos e/ou problemas aparentes.
- d) Formas de Acompanhamento: Relatório das ocorrências de má execução dos serviços.
- e) Mecanismos de Cálculo: Reclamações de usuários devidamente fundamentadas e efetivamente confirmadas pela Administração ou falhas de execução identificadas pela Contratante e não resolvidas, serão consideradas não conformidades. Para cada falha a Contratada será penalizada em 1% neste indicador.

#### **12.2.1.2.** Pontualidade e qualidade do fornecimento de materiais:

- a) Finalidade: Garantir a entrega e utilizar materiais adequados.
- b) Metas a Cumprir: 100% dos materiais recebidos e adequados ao uso.
- c) Instrumentos de Medição: Planilha de controle dos materiais entregues e aplicados.
- d) Formas de Acompanhamento: Verificação pela Fiscalização das datas de entrega dos materiais, avaliação de sua adequação ao uso e registro em planilha.
- e) Mecanismos de Cálculo: Eventual grupo de materiais e/ou itens de consumo que deixe de ser entregue adequadamente e que impacte no cronograma do projeto será registrado em ocorrência pela Fiscalização do Contrato. Para cada ocorrência a Contratada será penalizada em 1% neste indicador.

#### **12.2.1.3.** Prestação dos serviços dentro da frequência especificada no Projeto Básico:

- a) Finalidade: Cumprimento das rotinas de execução dentro da periodicidade estabelecida.
- b) Metas a Cumprir: 100% dos serviços realizados dentro da periodicidade especificada.
- c) Instrumentos de Medição: Planilha de controle dos serviços executados.
- d) Formas de acompanhamento: Verificação pela Fiscalização das datas de realização dos serviços e registro de não conformidades no livro de fiscalização.
- e) Mecanismos de Cálculo: 100% de serviços executados nos períodos especificados: (Total de serviços do cronograma físico-financeiro (1 a 9) executados dentro da periodicidade/Total de serviços do Cronograma Físico-Financeiro (1 a 9) executados por período.

#### 12.2.1.4. Uniforme:

**12.2.1.4.1.** A presença de empregado não uniformizado, ou com partes faltantes, ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá não é condizente com o padrão de apresentação pessoal que a Contratante exige de seus servidores e prestadores de serviço, podendo ensejar o registro da ocorrência e eventual desconto na fatura da Contratada.

- a) Finalidade: identificação pessoal do funcionário e da empresa.
- b) Metas a Cumprir: 100% do efetivo fazendo uso adequado do uniforme.
- c) Instrumentos de Medição: Aferição pela Fiscalização e registros de ocorrência.
- d) Formas de acompanhamento: Relatórios das ocorrências reportando o uso inadequado do uniforme.
- e) Mecanismos de Cálculo: Eventual ausência de uniforme ou mau uso (ou, ainda, uso incompleto) do mesmo será registrado em ocorrência pela Fiscalização do Contrato. Para cada ocorrência (por funcionário e por dia), a Contratada será penalizada em 1% neste indicador.

#### 12.2.1.5. Equipamento de Proteção Individual – EPI:

**12.2.1.5.1.** Todos os funcionários da Contratada poderão ser fiscalizados, conforme normas reguladoras trabalhistas que regem segurança e saúde dos trabalhadores, podendo suas tarefas serem suspensas imediatamente, sem aviso prévio, na constatação da falta do uso do EPI e do não cumprimento das regras de segurança. Neste caso o Fiscal de Contrato fará notificação por escrito e avisará o Gestor de Contrato para que execute as sanções.

- a) Finalidade: Garantia da segurança e saúde do trabalhador em cumprimento das exigências trabalhistas.
- b) Metas a Cumprir: 100% do efetivo fazendo uso adequado do EPI.
- c) Instrumentos de Medição: Aferição pela Fiscalização e registros de ocorrência.
- d) Formas de Acompanhamento: Relatório das ocorrências reportando o uso inadequado do EPI ou seu não uso.
- e) Mecanismos de Cálculo: Eventual ausência de EPI ou mau uso (ou, ainda, uso incompleto ou inadequado) do mesmo será registrado em ocorrência pela Fiscalização do Contrato. Para cada ocorrência (por funcionário e por dia), a Contratada será penalizada em 1% neste indicador.

#### 12.3. Tabela Geral de Avaliação:

Nº	INDICADOR	META	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO
1	Execução dos serviços com a qualidade especificada	100%	$se \geq 95\% = 10$ $se < 95\% e \geq 92\% = 8$ $se < 92\% e \geq 85\% = 6$ $se < 85\% = 0$  $CA_1 = 10, 8, 6 \text{ ou } 0$	5
2	Pontualidade e qualidade do fornecimento de equipamentos e materiais	100%	$se \geq 95\% = 10$ $se < 95\% e \geq 90\% = 8$ $se < 90\% = 0$  $CA_2 = 10, 8 \text{ ou } 0$	5

3	Prestação dos serviços no período especificado no Cronograma Físico-Financeiro	100%	$se \geq 88,9\% = 10$ $se < 88,9\% \text{ e } \geq 77,8\% = 8$ $se < 77,8\% \text{ e } \geq 66,7\% = 6$ $se < 66,7\% = 0$  $CA_3 = 10, 8 \text{ ou } 0$	2
4	Falta de uniforme, ou incompleto, rasgado ou sujo	100%	$se \geq 90\% = 10$ $se < 90\% \text{ e } \geq 85\% = 9$ $se < 85\% \text{ e } \geq 80\% = 8$ $se < 80\% = 0$  $CA_4 = 10, 9, 8 \text{ ou } 0$	1
5	Utilização de EPI adequado	100%	$se \geq 98\% = 10$ $se < 98\% \text{ e } \geq 95\% = 9$ $se < 95\% \text{ e } \geq 93\% = 8$ $se < 93\% = 0$  $CA_5 = 10, 9, 8 \text{ ou } 0$	2

#### 12.4. Regra de Faturamento cumprindo cronograma dos serviços aprovados:

##### 12.4.1. O faturamento mensal será decorrente da aplicação das seguintes regras:

a) A nota global seguirá a seguinte fórmula:

$$NG = ((CA_1 \times 5) + (CA_2 \times 5) + (CA_3 \times 2) + (CA_4 \times 1) + (CA_5 \times 2)) / 15$$

Onde:

NG = Nota Global

CA<sub>1</sub> = Critério de avaliação nº 1 (Execução dos serviços com a qualidade especificada)

CA<sub>2</sub> = Critério de avaliação nº 2 (Pontualidade e qualidade do fornecimento de equipamentos e materiais)

CA<sub>3</sub> = Critério de avaliação nº 3 (Prestação dos serviços na frequência especificada no Cronograma Físico-Financeiro)

CA<sub>4</sub> = Critério de avaliação nº 4 (Falta de uniforme, ou incompleto, rasgado ou sujo)

CA<sub>5</sub> = Critério de avaliação nº 5 (Utilização de EPI adequado)

O divisor 15 é igual ao somatório dos números constantes na coluna Peso

- b) Caso a nota global seja maior ou igual a 9,50 resultará o pagamento de 100% do faturamento do Contrato.
- c) Caso a nota global seja de 9,00 a 9,49 resultará o pagamento de 95% do faturamento do Contrato.
- d) Caso a nota global seja menor que 9,00 resultará o pagamento de 90% do faturamento do Contrato.

**12.5.** Não obstante a obrigatoriedade da observância do presente Acordo de Nível de Serviço, a Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle.

## 13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**13.1.** Certidão de Registro do Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), nos termos do art. 59, da Lei n.º 5.194/1966, art. 5º c/c art. 10 da Lei n.º 12.378/2010, e art. 30, I, da Lei nº 8.666/1993.

**13.2.** Prova de possuir ou ter capacidade de possuir até o início da execução dos serviços, na data da Concorrência, profissional de nível superior detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA ou CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas no item 13.8.

**13.3.** A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é (são) vinculado(s) à licitante, deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA ou CAU, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou por meio de de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

**13.4.** Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da licitante servirá de documento hábil a comprovação do vínculo.

**13.5.** No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

**13.6.** Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência.

**13.7.** Prova de possuir atestado(s) de execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, emitidos por entidades de direito público ou privado, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância técnica, como definidas no item 13.8.

**13.8.** São consideradas parcelas de maior relevância técnica os serviços de:

- a) Tratamento de armadura de ferro em estrutura de concreto armado com argamassa cimentícia pré-dosada, polimérica, bicomponente, inibidor de corrosão; e
- b) Recomposição de camada de capeamento de concreto de pequenas espessuras em serviços de recuperação estrutural, exclusive o material.

**13.9.** Deverão ser apresentados atestados que comprovem a aptidão para a execução de 30% (trinta por cento) dos quantitativos dos serviços de maior relevância técnica.

**13.10.** Prova de possuir disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados à realização do objeto da licitação, apresentando declaração formal, no mínimo, da disponibilidade de

andaimes.

**13.11.** Os atestados apresentados para atender ao estipulado nos subitens anteriores deverão estar acompanhados de cópias das respectivas certidões de registro no CREA ou CAU, expedidas em nome dos responsáveis técnicos das obras atestadas.

**13.12.** Será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a serviços realizados em períodos concomitantes que sejam compatíveis com o objeto desta contratação, tendo em vista que a possibilidade de somatório de atestados é a regra administrativa, conforme dispõe os Acórdão 1095/2018 e Acórdão 7982/2017, ambos do TCU, e o enunciado n.º 39 da PGE-RJ.

#### **14. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**14.1.** Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**14.1.1.** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo o Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. As licitantes deverão comprovar que dispõem dos índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

a) Índice de Liquidez Corrente: somente serão qualificadas as licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILC = (\text{ATIVO CIRCULANTE})/(\text{PASSIVO CIRCULANTE}) \geq 1$$

b) Índice de Endividamento: somente serão qualificadas as licitantes que obtiverem Índice Endividamento (IE) igual ou menor do que 1, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IE = (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO})/(\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}) \leq 1$$

**14.1.2.** Os índices contábeis, calculados pela licitante para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade da licitante, que deverá apor sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

**14.1.3.** Certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, na forma do art. 31, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**14.1.3.1.** Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

**14.1.3.2.** Não será causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

## **15. DA VISITA TÉCNICA**

**15.1.** As informações do presente documento são básicas e mínimas necessárias para a realização dos serviços, devendo todas as condições estruturais da edificação na qual serão realizados os serviços serem verificadas por meio de visita técnica a ser realizada pela empresa licitante antes da elaboração de sua proposta de preços para execução dos serviços.

**15.2.** Para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, a empresa poderá realizar visita técnica no local de execução dos serviços até 02 (dois) dias úteis anterior à data prevista para abertura da sessão pública, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à sexta-feira, de 09:00 h às 12:00 h e de 14:00 h às 17:00 h, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura por meio do telefone (21) 2334-4688 ou do endereço eletrônico [f Francisco@fazenda.rj.gov.br](mailto:f Francisco@fazenda.rj.gov.br).

**15.3.** A visita técnica será facultativa para fins de habilitação e as empresas licitantes que não realizarem a visita deverão apresentar DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA ou DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL conforme modelos dos Anexos II e III, declarando pleno conhecimento do objeto a ser licitado e se responsabilizando pela futura prestação dos serviços, não podendo alegar o desconhecimento e nenhum grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da licitação.

**15.4.** As empresas que realizarem a visita técnica deverão apresentar ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, conforme modelo do Anexo I, devidamente assinado pelo representante da empresa licitante e da Administração designado para acompanhar as visitas.

## **16. DO ORÇAMENTO**

**16.1.** O orçamento foi elaborado prevendo BDI de referência e os custos unitários, conforme valores onerados e desonerados (Anexos IX e XXI) referenciados nos boletins da Empresa de Obras Públicas – EMOP, conforme determina o art. 25, inciso I, do Decreto Estadual nº 46.642/2019.

**16.2.** O valor limite dos serviços é de R\$ 2.266.028,50 (dois milhões e duzentos e sessenta e seis mil e vinte e oito reais e cinquenta centavos), tendo em vista que foi adotado o menor valor global identificado, conforme indicado na Planilha Orçamentária Desonerada (Anexo XXI).

## **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**17.1.** Os recursos necessários à presente contratação correrão à conta da seguinte adequação orçamentária:

UO: 200100

UG: 20010

Programa de Trabalho: 04.122.0473.5516 - Modernização Fazendária de Processos, Aplicações, Infraestrutura e Serviços

Natureza da Despesa: 4490.51- Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 145 - Recursos da Concessão Serv Púb de Abast Água e Esgotamento Sanitário - Tesouro

## **18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**18.1.** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados pela Contratada até a assinatura do contrato.

**18.2.** O pagamento do valor devido à Contratada será efetuado em 06 (seis) parcelas.

**18.3.** O prazo de pagamento de cada parcela será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do ateste da nota fiscal correspondente pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual.

**18.4.** O pagamento da 1ª parcela, será autorizado após a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e da comprovação de medição que indique a realização dos percentuais de execução dos serviços previstos para cada item do 1º mês, conforme previsão contida no Cronograma Físico-Financeiro (Anexos XVIII e XXX).

**18.5.** Os pagamentos da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª parcelas, serão autorizados após a comprovação de medição que indique a realização dos percentuais de execução dos serviços previstos para cada item do 2º, 3º, 4º, 5º e 6º mês de execução, respectivamente, conforme previsão contida no Cronograma Físico Financeiro (Anexos XVIII e XXX).

**18.6.** O valor de cada parcela será calculado em conformidade com as medições realizadas no período a que o pagamento se referir, de acordo com as etapas do Cronograma Físico-Financeiro (Anexos XVIII e XXX).

**18.7.** O valor de cada parcela será adequado aos resultados efetivamente obtidos, com base no Acordo de Nível de Serviço, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do contrato, por meio da verificação da qualidade dos serviços prestados, adequação de prazos, obrigações contratuais, e demais exigências previstas neste Projeto Básico.

**18.8.** Será efetuada a glosa no pagamento do valor de cada parcela, proporcional à irregularidade verificada, de acordo com o resultado do Acordo de Nível de Serviço, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções cabíveis.

## **19. DO REAJUSTE**

**19.1.** O valor do contrato será passível de reajuste, após a anualidade da data da proposta, a fim de compor a variação efetiva do custo do produto no decorrer do contrato, sofrendo a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

**19.2.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **20. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**20.1.** A Contratada se obriga a prestar garantia, durante toda a vigência do contrato, de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo apresentar o comprovante à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública a ser depositada via DARJ;
- b) Fiança bancária; ou
- c) Seguro-garantia.

**20.2.** A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela Fiscalização à Contratada;
- c) Prejuízos diretos causados à Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

**20.3.** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**20.4.** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**20.5.** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

## **21. DO PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**21.1.** O Contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente instrumento e da Legislação vigente, respondendo a Contratada pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**21.2.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação de serviços e da alocação de recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, e será acompanhada e fiscalizada por representantes da Contratante, devidamente indicados para esse fim, designados pela Superintendência de Compras e Contratos da Contratante.

**21.3.** A verificação do resultado da prestação de serviço será realizada com base no Acordo de Nível de Serviço, previsto no item 12 deste Projeto Básico.

**21.4.** Durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter preposto para representá-la sempre que for necessário.

**21.5.** Os representantes da Contratante e toda pessoa autorizada por ela terão livre acesso aos serviços e a todos os locais onde estejam sendo realizados os trabalhos.

**21.6.** A Equipe de Fiscalização do Contrato poderá convocar o preposto da Contratada para realização de reuniões presenciais, registradas em ata. Nas reuniões poderão ser acordadas datas específicas para correções nos serviços técnicos ou administrativos, sendo a Contratada submetida a cumprir tais prazos.

**21.7.** A metodologia de avaliação se dará através da fiscalização, a ser exercida por servidores da Administração, de acordo com a legislação vigente, devendo-se, em especial:

**21.7.1.** Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o Contrato, Projeto Básico, orçamentos, cronogramas, correspondência e relatórios de serviços;

**21.7.2.** Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada;

**21.7.3.** Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade contratual, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

**21.7.4.** Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços;

**21.7.5.** Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;

**21.7.6.** Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

**21.7.7.** Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, atestar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;

**21.7.8.** Verificar e aprovar os relatórios de execução dos serviços, elaborados em conformidade com os requisitos estabelecidos no Projeto Básico.

**21.8** A Equipe de Fiscalização do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que essa promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

**21.9.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**21.10.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

**21.11.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

**21.12.** A fiscalização executada pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

**21.13.** A fiscalização executada pela Contratante não exime a Contratada de manter fiscalização própria.

**21.14.** A Contratada declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**22.1.** Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

**22.2.** Os quadros abaixo descrevem o grau das penalidades específicas de acordo com as infrações cometidas:

PENALIDADES (GRAU)	CORRESPONDÊNCIA
1	Multa de 1 % (um por cento) por dia corrido, a incidir sobre o valor da fatura ou da proporcionalidade do valor do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, e limitado ao período ao período de 10 (dez) dias corridos de descumprimento, o qual ultrapassado será aplicada penalidade em grau imediatamente superior.
2	Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, aplicada de acordo com a proporcionalidade da infração cometida.

INFRAÇÃO (ITEM)	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper os serviços sem justificativa aceita pela Contratante, por dia.	1
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços contratados, por dia.	1
3	Subcontratar a execução do objeto sem prévia autorização da Contratante, por ocorrência.	2
4	Deixar de cumprir o cronograma/programação dos serviços na sua íntegra, restando serviços incompletos e/ou mal-acabados, trazendo com isso transtornos ao local trabalhado, por ocorrência.	2

5	Não apresentar, quando solicitado, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, por dia.	1
6	Deixar de cumprir determinação formal, instrução complementar do órgão fiscalizador, ou as normas disciplinares e de segurança da Contratante, por dia.	1
7	Deixar de fornecer ou repor, no prazo estabelecido, a garantia contratual, por ocorrência.	2
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência, limitada até o máximo de 1 (uma) ocorrência.	2
9	Não manter preposto responsável para tratar com a Contratante sobre assuntos relacionados à execução do contrato, por dia.	1
10	Deixar de apresentar notas fiscais, por ocorrência.	2
11	Deixar de atender, no prazo estabelecido, a determinação de substituição de materiais e de correção dos serviços em desacordo com as especificações constante neste Projeto Básico ou Proposta Detalhe, por dia.	1
12	Deixar de apresentar a ART ou RRT dos serviços a serem prestados no prazo determinado no Projeto Básico, por ocorrência.	2
13	Inexecução total ou parcial do contrato, por dia.	1
14	Atraso injustificado no início da prestação dos serviços, por dia.	1

**22.3.** As penalidades descritas acima são meramente exemplificativas, reservando-se a Comissão designada para Fiscalização do Contrato o direito de verificada a ocorrência de infração, segundo a proporcionalidade e a razoabilidade, utilizar outros critérios para a dosimetria da pena.

**22.4.** As penalidades descritas acima serão aplicadas, sem prejuízo, das demais previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993 e no contrato.

**22.5.** Nas reincidências específicas, a multa compensatória deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual 3.149/80.

**22.6.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

## **23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**23.1.** Prestar à Contratada todos os esclarecimentos e informações relativos à execução do objeto da contratação.

**23.2.** Ordenar as substituições que se fizerem necessárias, às expensas da Contratada, na hipótese de qualquer irregularidade verificada durante a execução do objeto contratado.

**23.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

**23.4.** Receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas neste Projeto Básico.

**23.5.** Efetuar os pagamentos à Contratada nas condições e preços pactuados, observando a aplicação do Acordo de Nível de Serviço estipulado neste Projeto Básico.

**23.6.** Facilitar por todos os meios, o exercício das funções da Contratada, dando-lhe acesso às instalações, promovendo o bom entendimento entre os seus servidores e os empregados da contratada e cumprindo com as obrigações estabelecidas neste Projeto Básico.

**23.7.** Prestar aos empregados da Contratada as informações e os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

**23.8.** Exercer fiscalização permanente sobre os serviços executados, objetivando a manutenção de elevado padrão de qualidade dos serviços prestados, promovendo, quando necessário, reuniões técnicas com os representantes indicados pela Contratada.

**23.9.** Documentar e notificar, por escrito, a Contratada, por ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.

**23.10.** Comunicar à Contratada, por escrito, qualquer irregularidade constatada no contrato, bem como solicitar a substituição de qualquer funcionário, caso este não esteja atendendo às demandas solicitadas.

**23.11.** Solicitar à Contratada a substituição de qualquer material, produto ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus bens e/ou instalações, ou, ainda, que não atendam às especificações e/ou necessidades dos serviços contratados.

**23.12.** Executar todas as ações e medidas necessárias para o início e desenvolvimento das atividades abarcadas pelo contrato.

**23.13.** Permitir o livre acesso às instalações aos empregados da Contratada em serviço, devidamente uniformizados e identificados.

**23.14.** Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada durante toda a execução do contrato.

**23.15.** Anotar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados.

**23.16.** Designar Gestor e Comissão de Fiscalização para o acompanhamento da execução do contrato. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da contratação.

## **24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**24.1.** A Contratada obriga-se a conhecer o inteiro teor dos documentos e normas que regulam a sua atividade, a fim de salvaguardar quaisquer dúvidas ou responsabilidades que vierem a advir do referido serviço, devendo atender às especificações deste Projeto Básico e de sua proposta.

- 24.2.** Reparar, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 24.3.** Manter, no local da execução dos serviços, funcionários e equipamentos em número, qualificação e especificação adequados ao cumprimento do contrato.
- 24.4.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 24.5.** Comunicar à Contratante, por escrito e tão logo constatado o problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.
- 24.6.** Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à Contratante ou a terceiros.
- 24.7.** Manter-se, durante toda a duração da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, incluindo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 24.8.** A Contratada, no ato da contratação, deverá possuir conta corrente no Banco Bradesco, a fim de viabilizar o pagamento pela Contratante.
- 24.9.** Cumprir o objeto deste Projeto Básico sem qualquer ônus adicional para a Contratante, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, encargos sociais, taxas, entre outras.
- 24.10.** Providenciar, junto ao CREA-RJ ou CAU-RJ, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), respectivamente, inerente aos serviços a serem prestados, em até 07 (sete) dias corridos da publicação do extrato do Contrato no DOERJ.
- 24.11.** Responsabilizar-se quanto aos eventuais prejuízos causados por ineficiência ou irregularidade cometidos por seus sócios, empregados ou prepostos quando da vigência da contratação do objeto.
- 24.12.** Atender às exigências da Contratante referentes à documentação de seus empregados, bem como quanto à conduta destes e dos prepostos nas áreas do edifício.
- 24.13.** Dispor de todos os equipamentos, materiais e ferramentas necessários para o projeto objeto da contratação.
- 24.14.** Manter atualizado o cadastro dos funcionários integrantes da equipe de funcionários envolvidos na execução dos serviços contratados, contendo indicação de nomes, cargos e endereços atualizados.
- 24.15.** Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica, no início da vigência contratual, preposto para representá-la, habilitado a responder sobre qualquer indagação administrativa e contratual, indicando:

nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, e número de telefone. O preposto deverá estar habilitado a responder por qualquer indagação sobre a parte operacional e de qualidade dos serviços executados, bem como solucionar qualquer problema relacionado à prestação dos serviços em termos de qualidade, dentre outros quesitos, quando a fiscalização solicitar.

**24.16.** Arcar com todas as despesas operacionais necessárias à execução dos serviços objeto deste Contrato.

**24.17.** Analisar minuciosamente todos os documentos e a estrutura, buscando elucidar junto à Equipe de Fiscalização do Contrato, antes do início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.

**24.18.** Realizar o pagamento de quaisquer multas eventualmente impostas pelas autoridades públicas, em consequência da inobservância ou infração de leis, decretos, posturas, regulamentos ou exigências administrativas vigentes durante a execução dos serviços contratados.

**24.19.** Providenciar, sem que isso implique em acréscimos nos preços contratados, a execução de toda a sinalização pertinente aos serviços (como placas, cavaletes, cones de segurança, barreiras móveis, delimitadores com fita retrátil, grades de isolamento etc.), a fim de que se atendam aos requisitos legais e se informe sobre os transtornos dos serviços, bem como se direcionem os funcionários e visitantes para transitarem em uma área de menor risco possível de acidentes, ficando responsável por qualquer acidente que porventura ocorra na falta ou deficiência de sinalização referente aos serviços.

**24.20.** Difundir normas e procedimentos de segurança relativos à correta operação e manutenção de equipamentos, sobretudo elétricos, mantendo em seu quadro de pessoal os profissionais de segurança em número e qualificação requeridos pelas normas legais.

**24.21.** Cuidar para que os seus funcionários se apresentem à contratante uniformizados e identificados por meio de crachá, bem como provê-los com os EPIs necessários.

**24.22.** Encaminhar, previamente ao início efetivo da execução da obra, uma listagem nominal dos funcionários à Equipe de Fiscalização do Contrato, para seu acesso ao canteiro de obras.

**24.23.** Submeter à aprovação da Equipe de Fiscalização do Contrato os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços objeto do contrato.

**24.24.** Dispor de profissionais especializados, com formação superior na área compatível com o projeto executivo a ser elaborado.

**24.25.** Implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do Contrato, na forma da Lei n.º 7.753, de 17 de outubro de 2017.

**24.26.** Manter responsável técnico na direção dos trabalhos e no local da prestação até o seu final. A substituição do responsável técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da Contratante.

**24.27.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e

convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos como condição do pagamento dos créditos da Contratada.

**24.28.** Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS.

**24.29.** Responsabilizar-se pelas ligações/instalações provisórias de água, e esgoto e de energia elétrica necessárias à execução dos serviços, sendo de sua inteira responsabilidade o pagamento das contas geradas, devendo a respectiva quitação ser apresentada à Equipe de Fiscalização do Contrato.

**24.30.** Retirar dos serviços qualquer empregado, tafeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Contratante, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

**24.31.** Manter a disposição da fiscalização, no local dos serviços, além de toda a documentação técnica, cópias legíveis, para consulta, de todas as normas técnicas citadas neste Projeto Básico ou delas decorrentes, bem como as demais que forem necessárias à execução do objeto. As normas técnicas serão restituídas à Contratada ao final dos serviços.

**24.32.** Cumprir todos as demais obrigações previstas neste Projeto Básico.

## **25. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**25.1.** As licitantes deverão preencher o valor da Proposta conforme modelo do Anexo XXXII deste Projeto Básico.

**25.2.** As licitantes deverão apresentar as planilhas orçamentárias, conforme modelos (“onerados” ou “desonerados”) dos Anexos XXXIV e XLIII, a serem adotados de acordo com o regime de contribuição previdenciária da proponente.

**25.3.** Em conjunto com as planilhas orçamentárias, as licitantes deverão preencher e apresentar planilha resumo do orçamento, planilha de custos diretos, composição de custos, composições próprias, composições auxiliares, cronograma físico-financeiro e tabela de encargos sociais, conforme modelos contidos nos Anexos XXXIII, XLII, XXXV, XLIV, XXXVI, XLV, XXXVII, XLVI, XXXVIII, XLVII, XL, XLIX, XLI e L, respectivamente.

**25.4.** A formação dos preços compreenderá a inclusão do valor do BDI, de modo que sejam detalhados todos os seus componentes, conforme modelos (“onerado” ou “desonerado”) dos Anexos XXXIX e XLVIII.

**25.5.** Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados nas planilhas orçamentárias.

**25.6.** As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não poderão ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

**25.7.** Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

**25.8.** As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis n.º 10.637/2002 e n.º 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

**25.9.** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

**25.10.** A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE, etc.), conforme dispõe o art. 13, §3º, da referida Lei Complementar.

## **26. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**26.1.** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro (Anexos XVIII e XXX), a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de relatório escrito e fotográfico, cronograma atualizado e planilha e memória de cálculo detalhadas.

**26.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro (Anexos XVIII e XXX) estiverem executados em sua totalidade.

**26.3.** A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

**26.4.** O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização em até 05 (cinco) dias corridos, após a entrega da documentação citada no subitem 26.1 deste Projeto Básico.

**26.5.** Para efeito de recebimento definitivo, a Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de servidores competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**26.6.** Ao final de cada período de faturamento, a Equipe de Fiscalização do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no Acordo de Nível de Serviço (item 12 do Projeto

Básico), que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em Relatório Circunstanciado a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

**26.7.** A Contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Equipe de Fiscalização do Contrato não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Relatório Circunstanciado.

**26.8.** O Relatório Circunstanciado conterá a discriminação dos serviços e/ou das parcelas dos serviços efetivamente executados e concluídos, dos serviços e/ou das parcelas dos serviços em que foram verificados vícios, defeitos ou incorreções, e apresentará o resultado da análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

**26.9.** O Relatório Circunstanciado Final, elaborado após a conclusão da obra, na última etapa dos serviços, deverá ser assinado pela Equipe de Fiscalização do Contrato e pela Contratada.

**26.10.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela Equipe de Fiscalização do Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**26.11.** Os serviços em que se verificar a necessidade de retrabalho não serão recebidos, ficando seu recebimento definitivo condicionado à sua efetiva conclusão.

**26.12.** Não se procederá à novo faturamento daquele serviço retrabalhado antes da sua execução e aceitação.

**26.13.** A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

**26.14.** No prazo de até 25 (vinte e cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório de cada etapa da execução contratual, deverá ser realizado o seu recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços.

**26.15.** Para a realização do recebimento definitivo da etapa final da obra, após sua completa execução, a Contratada deverá tomar as seguintes providências:

- a) Testar todos os equipamentos e instalações;
- b) Revisar todos os acabamentos;
- c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontadas ou que venham a ser verificados em qualquer elemento dos serviços executados;
- e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS; e
- f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo aos serviços.

**26.16.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**26.17.** Concluídas as obras e/ou serviços, a Contratada fornecerá à SEFAZ-RJ Memorial Descritivo e os desenhos de projeto devidamente corrigidos e complementados nas partes que, por motivos diversos, tenham sofrido modificações no decorrer dos trabalhos, como requisito para a aceitação final dos serviços executados. O “*as built*” deverá ser fornecido em meio físico e em meio digital, com arquivos de texto tipo “DOC” em “Word 2010” e arquivos de CAD do tipo “DWG” em “AutoCAD 2014”. Toda a documentação deverá ser padronizada e conter o carimbo da empresa.

**26.18.** Todos os originais de documentos e desenhos técnicos preparados pela Contratada para a execução dos serviços contratados serão de propriedade da Contratante.

## **27. DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DO LICENCIAMENTO E ACEITAÇÃO DA OBRA**

Nos termos do inciso I, do art. 2º da Lei Complementar n.º 140, de 8 de dezembro de 2011, considera-se licenciamento ambiental o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

A Norma Operacional n.º 46 do INEA estabelece metodologia para o enquadramento de empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento, sendo apresentada no Anexo I, contido no Boletim de Serviço n.º 110/2021, a relação de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras.

Em análise das atividades descritas no Grupo XXVI - Construção Civil, subgrupo Obras de construção civil, do Anexo I, não foi possível encontrar a atividade objeto da presente contratação, razão pela qual se considera inexigível a obtenção das licenças ambientais para regularidade da obra a ser realizada.

Além disso, de acordo com o *caput*, do art. 1º c/c art. 115 do Regulamento de Licenciamento e Fiscalização, aprovado pelo Decreto “E” n.º 3.800, de 20 de abril de 1970, a execução de obras de construção e reconstrução, total ou parcial, de modificações, acréscimos, reformas e consertos de edifícios no Município do Rio de Janeiro dependem de licença, sem a qual a obra poderá ser embargada.

Esta licença, na forma do anexo único do Código de Obras e Edificações Simplificado do Município do Rio de Janeiro – COES, instituído pela Lei Complementar n.º 198, de 14 de janeiro de 2019, consiste em uma autorização concedida pela autoridade competente para a execução da obra. Após consulta à Gerência de Fiscalização e Licenciamento da Prefeitura do Rio de Janeiro, verificou-se que a obra a ser realizada na fachada oeste necessitará de licença para início da sua execução, motivo pelo qual a Contratante iniciará o processo de obtenção da licença no curso do processo licitatório, com base no Projeto Básico, a fim de que não haja atrasos na fase inicial da execução da obra.

Informa-se que foi licença n.º 21/0383/2023, com validade até o dia 02 de abril de 2024, a qual autoriza o início da execução de obra na fachada da referida edificação. Contudo, caso a execução da obra não seja concluída dentro do limite temporal fixado na licença n.º 21/0383/2023, a Contratada será responsável pela execução da obra deverá solicitar à Gerência de Fiscalização e Licenciamento a sua prorrogação, mediante requerimento, acompanhado da Declaração do Estado da Obra.

No mais, para regularidade da obra, caberá à Contratada, após a conclusão da execução dos serviços, a obtenção da aceitação da obra junto ao órgão competente da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nos

termos do Decreto RIO n.º 40.719, de 8 de outubro de 2015, sendo esta condição para expedição do Termo de Recebimento Definitivo Final.

## **28. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

**28.1.** Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços o maior preço estimado por item, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam ou sejam manifestadamente inexequíveis.

**28.2.** Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço global.

**28.3.** Não serão aceitas as propostas cujo valor total extrapole o valor global de R\$ 2.266.028,50 (dois milhões e duzentos e sessenta e seis mil e vinte e oito reais e cinquenta centavos), ou que ultrapasse os valores unitários indicados na Planilha Orçamentária Desonerada (Anexo XXI).

**28.4.** Não serão aceitas propostas que estejam em desacordo com as especificações constantes deste Projeto Básico, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários.

**28.5.** Antes de apresentar a proposta, o proponente deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.

**28.6.** O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto do presente Projeto Básico, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive com a logística necessária para prestação do serviço.

## **29. DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE**

**29.1.** A execução dos serviços deverá estar em conformidade, no que for aplicável, com a Lei Federal n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a Lei Estadual n.º 4.191/2003, que dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos; a Lei Estadual n.º 8.139/2018, que dispõe sobre o uso preferencial de agregados reciclados em obras e serviços de engenharia executados pelo Estado do Rio de Janeiro; a NOP-INEA n.º 35, aprovada pela Resolução CONEMA n.º 79/2018; bem como as normas do Município do Rio de Janeiro a tratar do gerenciamento de resíduos da construção civil, especialmente, o Decreto Municipal n.º 27.078/2006, alterado pelo Decreto Municipal n.º 33.971/2011; e a Resolução SMAC n.º 27/2020. Além disso, deverão ser observadas as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT sobre resíduos sólidos e resíduos sólidos da construção civil, sem prejuízo de outras determinações aplicáveis à sustentável execução do serviço.

**29.2.** Tendo em vista a responsabilidade da Administração Pública em implementar políticas que garantam o crescimento do país com responsabilidade e respeito à sociedade e ao meio ambiente, inserem-se algumas recomendações de observância obrigatória por parte da Contratada quando da prestação dos serviços, nos termos do Decreto Estadual n.º 43.629/2012, devendo orientar seus funcionários à adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos seus serviços, tais como:

- a) Economia no consumo de água e energia;
- b) Redução dos resíduos gerados em todas as etapas do ciclo de vida das atividades previstas e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;

- c) Racionalização do uso de matérias-primas;
- d) Redução da emissão de poluentes;
- e) Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- f) Implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros;
- g) Utilização de produtos de baixa toxicidade;
- h) Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção.

**29.3.** A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n.º 307, de 05 de julho de 2002, com as alterações das Resoluções n.º 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Nos termos dos arts. 3º e 10 da Resolução CONAMA n.º 307/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil.

**29.4.** Todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, conforme diretrizes da NOP-INEA n.º 35, aprovada pela Resolução CONEMA n.º 79/2018, bem como deverão ser observadas todas as normas do Município do Rio de Janeiro sobre destinação de resíduos da construção civil, especialmente o Decreto Municipal nº 27.078/2006, alterado pelo Decreto Municipal nº 33.971/2011, a Resolução SMAC nº 27/2020.

**29.5.** A Contratada deverá providenciar o Certificado de Destinação Final – CDF, atestando a efetiva destinação dos resíduos recebidos, nos termos do item 5.4 da NOP-INEA n.º 35.

**29.6.** As especificações e demais exigências do Projeto Básico deverão ser cumpridas visando à economia da manutenção e a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

## **ANEXO I – Modelo Atestado de Visita Técnica**

**ATESTO**, para fins no disposto no Projeto Básico referente ao processo de contratação de empresa de engenharia para elaboração de projeto executivo e execução de obra de recuperação estrutural da fachada oeste e outros complementos Edifício Sede da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ-RJ), situado na Avenida Presidente Vargas, nº 670, Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo(a) \_\_\_\_\_ e do cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº \_\_\_\_\_, visitou em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, as dependências da Secretaria de Estado de Fazenda e tomou conhecimento dos ambientes onde serão executados o objeto da contratação em epígrafe.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Responsável pela Emissão do Atestado - Servidor da Contratante

Assinatura  
(Representante da empresa)

**ANEXO II – Modelo de Declaração de Renúncia à Visita Técnica**  
**(Emitir em papel timbrado da empresa)**

Ao Presidente da Comissão de Licitação Ref.: Concorrência nº

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo(a) \_\_\_\_\_ e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para os devidos fins de comprovação, que a empresa optou por não visitar o local onde será realizada a obra de recuperação estrutural e outros complementos, estando, assim, ciente de todas condições e peculiaridades da contratação, e estar apto à formação da Proposta Comercial dentro do prazo determinado com as informações disponibilizadas no Projeto Básico e anexos. **DECLARA**, adicionalmente, que irá prestar fielmente o objeto da contratação nos termos do Projeto Básico e que está ciente de que não serão aceitas manifestações futuras sobre as condições físicas e operacionais, e que não poderá, em momento posterior, alegar a falta de conhecimento das condições estruturais para justificar eventuais futuros descumprimentos em relação ao Projeto Básico ou contrato.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

Assinatura do Representante Legal ou Procurador da Empresa

**ANEXO III – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições de Execução Contratual**  
**(Emitir em papel timbrado da empresa)**

À Coordenaria de Compras e Licitações (COOCLIC),

Prezados(as) senhores(as),

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo(a) \_\_\_\_\_ e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que tomou ciência dos detalhes do objeto contratual, tendo sido esclarecidas todas as dúvidas, considerando-as atendidas e plenamente capacitada a elaborar a proposta, nos termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos, assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução, não podendo ser alegado desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal ou Procurador da Empresa

**ANEXO IV – Declaração de Responsabilidade Técnica**  
**(Emitir em papel timbrado da empresa)**

DECLARO que é (são) responsável(is) técnico(s) pela prestação do serviço objeto do certame em referência, o(s) profissionais(is) abaixo relacionado(s) e que essa indicação está em consonância com as normas do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia ou do CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

Nome:

CREA/CAU nº. Data de Registro:

Especialidade:

Assinatura RT:

Nome:

CREA/CAU nº. Data de Registro:

Especialidade:

Assinatura RT:

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa

#### **ANEXO LI – Modelo de Autorização para Início dos Serviços**

Nos termos do Contrato nº \_\_\_\_\_, firmado com a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo(a) \_\_\_\_\_ e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº \_\_\_\_\_, o qual tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para elaboração de projeto executivo e execução de obra de recuperação estrutural da fachada oeste e outros complementos do Edifício Sede da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ-RJ), conforme as especificações contidas no Anexo VII - Memorial Descritivo e Especificações Técnicas – Concorrência nº \_\_\_\_\_, e, ainda, conforme designação constante dos autos, serve o presente para Autorizar o Início dos Serviços a partir de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, iniciando-se, assim, o prazo de 6 (seis) meses corridos para a entrega do objeto.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Comissão de Fiscalização do Contrato

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

#### **ANEXO LII – Modelo de Diário de Obras**

DATA: //		FOLHA:
CONSTRUTORA:		
OBRA:		
LOCAL:		
CONTRATO:		

() SEG () TER () QUA () QUI () SEX () SAB () DOM			
TEMPO		PRAZOS	
BOM	das ____ às ____ h	CONTRATUAL	____ dias
INSTÁVEL	das ____ às ____ h	DECORRIDOS	____ dias
CHUVOSOS	das ____ às ____ h	A DECORRER	____ dias
PESSOAL			
PROFISSIONAIS		TOTAL EM ATIVIDADE	
SERVENTES		TOTAL AFASTADO	
NOME COMPLETO		RG	
ANOTAÇÕES DA EMPRESA			
ANOTAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO			
FISCALIZAÇÃO		CONSTRUTORA	
DATA: //		DATA: //	
_____ ASSINATURA		_____ ASSINATURA	

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2023.

**Equipe de Consolidação do Projeto Básico**

**Franklin da Silva Francisco**  
Engenheiro Civil (CREA RJ 1994110098)  
Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura  
Id. Funcional: 543423-8  
Anexos VIII ao XXXI e Anexos XXXIII ao L

**Juliana Mussalam**

Arquiteta e Urbanista (CAU A36508-4)

Assistente II da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura

Id. Funcional: 5134602-8

Projeto Básico, Anexos I ao VII, Anexo XXXII e Anexos LI e LII

**Aprovo**

**Reinaldo Fernandes Lessa**

Coordenador de Engenharia e Arquitetura

Id. Funcional: 4393553-2

**Ronaldo Leite Pacheco Amaral**

Superintendente de Engenharia e Patrimônio

Id. Funcional: 4366201-3

---

[1] Lei Federal n.º 4.717/65, Art. 1º, § 1º - Consideram-se patrimônio público para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.  
Rio de Janeiro, 27 novembro de 2023

---



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Fernandes Lessa, Coordenador**, em 27/11/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Mussalam, Assistente II**, em 27/11/2023, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Franklin da Silva Francisco, Desenhista**, em 27/11/2023, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Leite Pacheco Amaral, Superintendente**, em 27/11/2023, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **64019413** e o código CRC **BAA8488F**.

---

Referência: Processo nº SEI-040178/000107/2022

SEI nº 64019413

Av. Presidente Vargas, nº 670, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-001  
Telefone: - [www.fazenda.rj.gov.br](http://www.fazenda.rj.gov.br)